

ENTREVISTA

INTERVIEW



ENTREVISTA COM JEFFREY LESSER

Jeffrey Lesser é professor no Departamento de História da Emory University em Atlanta (Geórgia, EUA) e diretor do Halle Institute for Global Research da mesma instituição. Graduado em Ciência Política em 1982 na Brown University, Providence (Rhode Island); mestre pelo Programa de Civilização Americana em 1984 na mesma instituição e doutor em História na New York University em 1989. Sua área de interesse são os estudos sobre América Latina, principalmente as discussões acerca da etnicidade e imigração no Brasil. Entre suas principais publicações estão os livros: “Negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil”, lançado em 1999 pela Duke University Press, republicado em português em 2001 pela Editora da Unesp e em japonês pela Akashi Shoten (2016); “Uma diáspora descon-tente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica, 1960-1980” em 2007 pela Duke University Press e republicado no Brasil pela Editora Paz e Terra (2008); e “A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração” pela Cambridge University Press em 2013 com edição brasileira pela Editora da Unesp (2015). Além disso, conta com diversas de artigos em revistas acadêmicas.

Richard Gonçalves André é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina , possui graduação em História pela mesma universidade, mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2006), doutorado também em História pela UNESP de Assis (2011) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2019). É coordenador do Laboratório de Culturas Orientais (LAPECO) da UEL e editor-chefe da Revista Pra-jna.



Richard Gonçalves André: O senhor poderia discorrer, brevemente, a respeito da sua trajetória acadêmica?

Jeffrey Lesser: Eu fui criado em quase uma aldeia, em uma cidade de menos de cinco mil pessoas nas montanhas da Nova Inglaterra. Fui para uma escola pública pequenininha, no meu ano houve menos de cem alunos nessa escola. Houve a oportunidade de ir para uma universidade muito especial nos Estados Unidos, chama-se Brown. A Brown é conhecida como uma universidade de pensamento livre ao extremo e também com uma tradição muito grande em estudos lusofônicos porque a cidade onde a Brown fica, em Providence, situa-se num lugar onde houve muitos imigrantes de Portugal, dos Açores e mais recentemente de Cabo Verde.

Há uma tradição nessa universidade de estudos brasileiros, de estudos portugueses, de língua portuguesa, etc. Então foi lá onde eu descobri o Brasil de verdade, pelo departamento de estudos afro-diaspóricos. Eu estava interessado nas vidas dos grupos minoritários nos Estados Unidos e, por acaso, comecei a estudar com um professor de diáspora africana, especialista na posição de pessoas negras no Brasil, dos afrodescendentes no Brasil. Então, foi ele que me incentivou e sempre insistiu com os alunos que não podiam estudar um grupo só. Para entender os afrodescendentes, precisam também entender brancos, italianos, japoneses, etc. Então foi assim que eu comecei.

Quando terminei meu mestrado nessa universidade, esse professor, meu orientador, arrumou uma bolsa para eu fazer uma pesquisa em Israel, morando com brasileiros, imigrantes brasileiros que emigraram para Israel e, dentro desse grupo, houve brasileiros de descendência africana, judaica, etc. E de lá entrei na pós, no doutorado, onde estudei com um brasilianista bem importante, Warren Dean. Ele foi espetacular, mas diferente dos outros na época. Onde, em geral, os outros orientadores, os outros brasilianistas, em outras



universidades, sempre queriam turmas de jovens brasilianistas, Warren Dean escolheu tipo uma pessoa a cada cinco anos. Então, o nosso treinamento foi muito diferente porque, por um lado, foi solitário.

Quando eu lembro da minha vida de pós, dos outros brasilianistas (houve uma que já está aposentada, muito mais velha que eu, e uma pessoa atrás de mim, muito mais jovem), tivemos uma relação incrível com Warren Dean em termos de interlocução, foi incrível e ele também foi uma pessoa de pensamento livre extremo. Ele não queria alunos que estudassem o que ele estudou. Se você olhar a trajetória dos alunos dele, ninguém trabalha nas áreas dele, cada pessoa está em outro lugar, ele sempre queria isso. Sempre queria alunos que iam, pode-se dizer, tomar riscos em termos intelectuais. Um dos ditos dele: você não quer ser aquele professor mencionado na nota de rodapé, onde o escritor do livro escreve “se está interessado em x, tem uma lista de 40 livros”. Ele sempre falou: precisa estar na primeira nota de rodapé e não importa se o autor falar “meu livro está aqui na pesquisa do Jeffrey Lesser”.

Isso é seu dever, criar pesquisas que vão inspirar pessoas a adorar, odiar, etc. Isso foi, para mim, muito importante. Acho que, por essa razão, a minha obra “vai em direções diferentes”. Eu fico muito contente que, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, pessoas sempre falem comigo: sua pesquisa foi uma referência desse jeito, desse outro jeito. Eu tive uma experiência incrível cerca de um ano atrás. Fui convidado para uma mesa sobre “militância asiática no Brasil” com quatro jovens, todos militantes, não pesquisadores, falando sobre suas políticas, seus movimentos e fiquei muito feliz. Eu não concordo com eles sobre várias coisas, eles(as) sabem muito bem, mas cada um falou uma coisa assim: “Oh Jeff, quando lemos ‘Diáspora descontente’ ou ‘A negociação de Identidade Nacional’, conseguimos ter uma linguagem para o nosso movimento pela primeira vez”. Até mesmo esse conceito de militância étnica que agora



está sendo usado no Brasil.

Então, nesse sentido, imagino que Warren Dean está no céu muito feliz, não é? Então assim, eu comecei a escrever a minha tese de doutorado sobre a imagem de judeus no Brasil e a política de imigração, foi um trabalho que muitas pessoas falaram: “você não vai conseguir fazer uma pesquisa legal” e isso não foi verdade. Aquela primeira pesquisa foi baseada, penso hoje, em uma visão extremamente tradicional de imigração, etnicidade e diáspora, ou seja, o livro foi focalizado na história de imigrantes judeus, no Brasil, de seus filhos e netos brasileiros. Mas depois disso comecei a pensar, cada vez mais, sobre aquele orientador de graduação, que sempre falou em comparação e, por essa razão, depois daquele livro, todos os meus livros têm comparação, mesmo “Diáspora Descontente”, por exemplo, que é sobre “japoneses”, dentro do livro sempre tem uma questão: como o nikkei faz parte de um Brasil multiétnico? Então, isso foi muito importante para mim, muito importante lembrar que grupos étnicos não vivem em prisões trancadas, estão no mundo, ou seja, seus vizinhos, seus colegas de trabalho e de escola estão em qualquer brasileiro e precisamos pensar.

Richard Gonçalves André: Inclusive, fazendo um parêntese aqui, quando comecei a minha pesquisa de doutorado, em 2007 e concluí em 2011, o livro que me inspirou a pesquisar japoneses foi a “A Negociação da identidade nacional”, o que está na minha justificativa, inclusive.

Jeffrey Lesser: Estou Feliz!

Richard Gonçalves André: E qual é o nome de seu orientador de graduação?

Jeffrey Lesser: O nome dele é Anani Dzidzienyo, está vivo ainda. É uma figura bem interessante, não é famoso como pesquisador, mas



foi orientador de gerações e gerações de brasilianistas. Você verá o nome dele nos agradecimentos de todo mundo que estuda questões raciais e étnicas. E se você pesquisa as pessoas que estudam essas coisas nos Estados Unidos, se ler os agradecimentos, verá o nome dele. Eu acho e posso dizer: 80% de nós estudamos na Universidade Brown com ele, é incrível.

E uma história fantástica: ele, além de ter sido meu orientador, foi orientador dos meus filhos e meus filhos também estudam essas questões. Um dos meus filhos está fazendo doutorado na Berkeley na área de estudos culturais, comparando México e Brasil, e o outro vai começar agora, em setembro, em Harvard, na área de planejamento urbano global também comparando cidades no Brasil e no México, e isso não é por causa de mim. Em geral, o filho é contra o pai. Isso é por causa do professor Anani que, por acaso, foi orientador deles. E ele inspirou meus filhos, igual ele me inspirou. É uma história incrível! Muitos brasilianistas, todo mundo que você for ler verá a mão do professor Anani nas pesquisas.

Richard Gonçalves André: O senhor ressaltou a questão do interesse lusófono que havia na universidade onde o senhor estudou, mas esse interesse pelo mundo português e mesmo pelo mundo brasileiro aparece também em outras universidades norte-americanas?

Jeffrey Lesser: Sim, especialmente hoje. Naquela época, houve duas ou três universidades famosas para estudar Brasil: a Brown, a Wisconsin com o Thomas Skidmore, a New York University com Warren Dean, a Illinois, naquela época, com Joseph Love e a Miami com Robert Levine. Foram as universidades famosas, mas muito diferentes. Por exemplo, naquela época a Brown e a Miami não tiveram programas fortes de doutorado, a Wisconsin e a New York University foram muito diferentes porque o Skidmore estava muito interessado na história política e a Wisconsin é uma universidade estadual. Nos Es-



tados Unidos, a universidade estadual funciona muito diferente do que a New York University.

O Warren Dean não queria pessoa estudando história política, ele queria pessoas com ideias loucas, coisas diferentes. Hoje mudou completamente, hoje o estudo do Brasil é muito mais comum nos Estados Unidos. As universidades fortes: a New York University continua, a Illinois sumiu e voltou quando Jerry Dávila se mudou para lá, Jerry Dávila recriou a Illinois como centro de estudo brasileiro.

Quando eu cheguei à Emory começamos a construir um programa de estudo brasileiro, que hoje é uma das melhores nos Estados Unidos. Apesar de mim, meus colegas são incríveis, nossos alunos. Então é muito diferente, é muito mais fácil estudar português agora nos Estados Unidos. Aqui na universidade tem um cargo chamado “História da América Latina”, isso é como organizamos aqui. Então, quando eu estava entrando no mercado de trabalho como jovem doutor, acontecia muitas vezes, eu fazia entrevista para uma vaga e as pessoas falavam: “Oh Jeff, seu trabalho é interessante, você é um professor legal, porém, o cargo, a vaga é América Latina e não podemos usar Brasil”.

Hoje é exatamente o contrário, hoje as pessoas que estudam Argentina reclamam que o imperialismo brasileiro entrou nos Estados Unidos porque todo mundo na vaga de América Latina quer um brasilianista. Então, essa é uma diferença enorme. Hoje, quando eu falo que estudo Brasil, é uma coisa normal, não é uma coisa estranha, então nesse sentido as coisas mudaram muito. Na Emory, onde eu trabalho, na universidade temos cinquenta professores que estudam Brasil: de arte até saúde pública, qualquer coisa. Então, isso é espetacular! É uma mudança fundamental.

Isso também foi por causa do Brasil. Eu acho que a mudança foi muito ligada ao fim da ditadura. As universidades, não só nos Estados Unidos, e os intelectuais do mundo ficaram mais confortáveis



para estudar um país democrático. O Lula teve uma visão do Brasil, como líder mundial, muito diferente dos outros presidentes, incluindo o atual. Nesse sentido, o Brasil entrou nas vidas não só do acadêmico, mas de pessoas, de uma forma incrível. Pessoas sabem o que é o Brasil. Aquela piada velha: o Brasil é capital de Buenos Aires. Isso não existe mais nos Estados Unidos, as pessoas sabem muito bem o que é Brasil. O poder econômico do Brasil, durante aquela época do PT, teve impacto enorme, não só aqui. Você verá isso na França, na Alemanha, no Oriente Médio, no Japão. É impressionante!

Atlanta é uma cidade grande, de quase sete milhões de pessoas e tem uma população brasileira de quase sessenta mil pessoas. A imigração de brasileiros para o mundo também teve uma influência. É uma imigração interessante porque, em geral, os imigrados são razoavelmente bem educados. Em termos raciais são mais brancos do que não brancos, vamos dizer. O jeito brasileiro é legal para muitas pessoas, tanto nas américas como na Europa, onde as sociedades são mais fechadas e mais puritanas, o brasileiro tem um íbope muito legal. Mas também o brasileiro no exterior tem um estereótipo de uma pessoa que trabalha muito, isso é uma das coisas curiosas.

O auto-estereótipo do brasileiro no Brasil como preguiçoso, festeiro, etc., no exterior é o contrário: o brasileiro tem a sua microempresa, o brasileiro trabalha de manhã até a noite para mandar seu filho para escola, os filhos de brasileiros estudam bem e vão para a universidade. Por exemplo, nos Estados Unidos não há gangues brasileiras, como temos gangues salvadorenhas, gangues hondurenhas, gangues mexicanas. Isso não está acontecendo por aqui. Isso é interessante também.

Richard Gonçalves André: Muito interessante esse choque de imagens.



Jeffrey Lesser: Choque de imagem, exatamente! Às vezes, por exemplo, tenho alunos cujos pais ou os avôs são brasileiros, os alunos são o que chamamos aqui de brasuca, quer dizer, brasileiros e filhos de americanos. Eles vão para o Brasil e ficam muito chocados porque ser brasileiro é um motivo de orgulho, eles vão para o Brasil e o brasileiro só fala mal do Brasil, é uma coisa impressionante da cultura brasileira: como falar mal do país mesmo quando está indo bem. Eu acho que para as pessoas, especialmente, nos Estados Unidos isso é estranho porque, em geral, o americano fala bem do país. Curioso, não é?

Richard Gonçalves André: O senhor como brasilianista, formado em uma geração de brasilianista, pensa que esse olhar estrangeiro, um olhar de um norte-americano sobre o Brasil, permite enxergar coisas aparentemente invisíveis para um pesquisador brasileiro? Porque eu penso, por exemplo, sobre a historiografia a respeito da imigração japonesa: nós temos uma primeira fase muito marcada em torno dos estudos de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama, uma fase muito voltada para a assimilação, e posteriormente temos uma fase marcada pela questão da negociação da identidade, da etnicidade, que é muito balizada pelo senhor. Há vários historiadores que dialogam com o senhor. O senhor acha que essa questão do olhar estrangeiro permite/permitiu enxergar questões aparentemente invisíveis para o pesquisador brasileiro naquele momento?

Jeffrey Lesser: Acho que podemos dizer isso de uma maneira geral, ou seja, quando estamos trabalhando em uma história nacional, quem está dentro e quem está fora estão abrindo portas diferentes, estão vendo coisas diferentes. Isso não tem nada a ver com o Brasil ou os Estados Unidos, por exemplo. Nos Estados Unidos, as duas pesquisas mais famosas, mais fundamentais, para entender a identidade norte-americana foram escritas por estrangeiros, um francês e um sueco, que chegaram aqui e perceberam coisas como diferen-



tes que para a gente são completamente normais, são tão normais que nem conseguimos perceber o que estamos falando. Então eu concordo com isso.

Eu acho que a historiografia nacional sempre precisa ter ciclos ou relações entre quem está por dentro e quem está fora e, às vezes, especialmente hoje, dentro e fora não são exatamente claros. Por exemplo, eu penso da minha geração, de quantos brasileiros brasilianistas fizeram doutorado nos Estados Unidos, eu penso sobre os meus filhos. Como vão pensar sobre os meus filhos? São cidadãos brasileiros, são cidadãos americanos, estudaram no Brasil, estudaram nos Estados Unidos, a primeira língua deles é português, mas falam inglês muito bem. Então, estão por dentro e por fora ao mesmo tempo. Uma das coisas complexas no Brasil é o seu sistema de educação, há uma rigidez que não tem nos Estados Unidos. Então, na área de História brasileira, a coisa boa sobre o sistema brasileiro, é quando você conhece um colega do Mato Grosso e discutirão a História do Brasil, vocês já leram em comum muitos livros, têm uma linguagem para discussão. Mesmo se você, Richard, estuda japoneses e o cara do Mato Grosso do Sul estuda cana-de-açúcar, isso é uma coisa que eu fico muito impressionado.

Eu acho que os brasilianistas dos Estados Unidos passaram muito tempo tentando ler a historiografia de Brasil I e Brasil II para tentar participar dessas conversas porque nos Estados Unidos não temos um ministério de educação, não temos tipo um cânone nacional. Então, os meus alunos de doutorado sobre Brasil estão lendo coisas completamente diferentes dos alunos de um colega cujo foco é história intelectual. Meus alunos sabem muito bem sobre as vidas das pessoas, o submundo, não só trabalhamos com coisa escrita, trabalhamos muito com o oral, com o ouvir. Então, isso faz uma diferença nos Estados Unidos porque quando encontro com pessoas não temos uma linguagem em comum. Com certeza o choque desses dois sistemas cria a possibilidade de coisas muito legais, não



é? Porque uma pessoa, como eu, chega ao Brasil e começa a se perguntar: por que são chamados japoneses? Eles não são brasileiros? Para a gente é muito estranho, é igual quando vem brasileiros para os Estados Unidos.

Você conhece a obra da Margareth Rago? Ela é uma historiadora da UNICAMP. Ela é uma figura, não? Há muitos anos, ela ganhou uma bolsa Fulbright e passou um ano comigo na universidade. Depois de duas semanas, mais ou menos, ela me chamou e falou: “Jeff, eu nunca percebi como era sexista os Estados Unidos, machista”. Eu falei: “Hein, por quê?”. Ela: “incrível! Pessoas andam e falam coisas assim ‘Oh boy, it’s hot!’ e ‘man, I’m tired’”. Nós nem percebemos que estamos usando palavras masculinas quando falamos isso, para nós “Oh boy it’s hot” é “puxa, que calor!”. Ela percebeu como estrangeira e eu pensei: “puxa, ela tem toda a razão”, ninguém fala “Oh woman, it’s hot!” é “Oh man, it’s hot!”. Então, é muito importante ter nossos colegas estrangeiros aqui conosco para chamar a atenção a nós.

Eu concordo com você, Richard, cada olhar é diferente e as pesquisas precisam ter vários olhares, não aquele olhar de que um é melhor ou pior que o outro, isso eu não concordo. Eu acho pior quando só tem um olhar, com certeza um olhar é pior que muitos olhares. E claro no Brasil, tradicionalmente, ter muitos olhares não foi fácil, não foi fácil pelo sistema de Brasil I, Brasil II, etc. Não foi fácil pela falta de diversidade nas universidades brasileiras, especialmente, no nível de doutorado e não é fácil por causa do sistema de linha de pesquisa, ou seja, o sistema no Brasil incentiva o professor a criar mini versões dele mesmo. Não é fácil achar no Brasil um Warren Dean, porque ele nunca vai receber uma bolsa do CAPES do CNPq dizendo: “eu estou estudando X, quero 10 bolsas de doutorado para meus alunos que não vão estudar nada o que eu faço”. Essa é a ideia e isso é muito difícil no Brasil, até parece uma piada no Brasil. Então, são estruturas difíceis, não é? Por outro lado, a estrutura difícil nos Estados Unidos é, por exemplo, se um jovem brilhante quer



fazer doutorado comigo e estudando o que eu estudo, meus colegas vão dizer: “não, já temos um Jeff. O Jeff precisa treinar os não Jeff, não podemos ter mais”. Isso também tem seus problemas, é possível que o jovem me destruiria porque mostraria todos os problemas na minha pesquisa, abriria um campo de uma forma completamente diferente.

Richard Gonçalves André: Se me cabe um adendo, os concursos públicos para professores universitários de História exigem uma formação de historiador, que seja graduado, mestre e doutor em História. Se o sujeito for antropólogo, por exemplo, ou sociólogo, às vezes, acaba não sendo admitido em razão da sua formação multidisciplinar.

Jeffrey Lesser: Exatamente! Em nosso país, ou pelo menos na Emory, por exemplo, pelo menos metade dos meus alunos de doutorado não tem formação em História. Nós achamos muito legal, até estamos procurando alunos fora da História para levar olhares diferentes: estudos de cinema, literatura, antropologia, qualquer coisa. Eu passei seis anos como chefe do nosso departamento de História e eu, foi meio que uma brincadeira, falei que queria mudar o nome do departamento para o “departamento de estudos do passado” porque História é uma coisa extremamente fixa e o passado é uma coisa ampla. Então eu sempre pensei: puxa, quem foi que falou que só o historiador pode estudar o passado? E no Brasil está muito difícil nesse sentido e não só na academia, por exemplo, às vezes, eu faço programas com a Folha de São Paulo, eles têm um programa de estágios e uma coisa que os estagiários precisam fazer são as entrevistas coletivas com estrangeiros, isso é um programa. Mas eu sempre pergunto para o grupo qual a formação e 100% são jornalistas porque se você tentar entrar nesse estágio sem formação no Jornalismo, você não entraria. Como estudar Jornalismo faz de você jornalista, por exemplo, aqui nos Estados Unidos eu acho que a mai-



oria dos jornalistas não tem formação no Jornalismo, deve ser em História, Literatura, Engenharia, Ciência Política, não importa.

Richard Gonçalves André: No caso do Brasil, nos estudos brasileiros, temos uma multiplicidade de cultura, uma multiplicidade de fenômenos e o senhor abordou, sobretudo, a questão dos imigrantes não europeus: judeus, sírio-libaneses, chineses, japoneses. O que levou o senhor a essa escolha?

Jeffrey Lesser: Isso é uma pergunta, talvez, psicológica. Essa é uma boa pergunta! Às vezes eu conto a história por causa do professor Anani, eu caí nas mãos de alguém que estuda não europeus e ele me incentivou. Por outro lado, tenho muitos amigos que me falam que eu cheguei ao professor Anani por causa da minha posição pessoal, por ser de uma minoria, neto de imigrantes. Eu fui criado em uma aldeia onde minha família foi a única abertamente judaica, ou seja, eu tenho, com certeza, uma ideia de mim mesmo como alguém de um grupo minoritário.

Sinto isso até hoje, cada vez que uma pessoa aqui nos Estados Unidos fala: “ah, você é daqui de Nova Iorque?”, que é um código para “você é judeu?”, eu falo: “não, eu fui criado em uma aldeia de quatro mil pessoas, com 3.980 protestantes e minha família. Não sou de Nova Iorque não”. Então, com certeza é uma relação dessa, porém, eu gostaria de pensar, alguém precisa testar, mas eu gostaria de pensar que pode aplicar minhas metodologias, minhas perguntas a qualquer grupo, que não são perguntas que funcionam só para nikkeis ou só para árabes. São perguntas que podem ser feitas por qualquer grupo minoritário, mesmo se o grupo minoritário é grande, por exemplo, brasileiros de ascendência italiana ou brasileiros gays, são grupos grandes. Eu gostaria de imaginar que minhas pesquisas são mais importantes pelas perguntas e pelas metodologias do que pelos grupos pesquisados em si. Nesse sentido, euro-



peus ou não europeus não é uma coisa tão importante para mim. A vida é assim, eu cheguei nesses grupos.

Por exemplo, é curioso que agora estou fazendo uma pesquisa completamente diferente e parte da pesquisa é sobre os profissionais de saúde em São Paulo, no presente e no passado, que, em geral, são exatamente aqueles europeus, ou melhor, descendentes de europeus que eu não estudo, são pessoas com sobrenomes tipo Guimarães e não tem outros porque estou interessado na saúde na esfera pública, estou pesquisando no Hospital Sírio-libanês, por exemplo, é outra coisa. Mas eu estou usando as metodologias semelhantes e eles também estão chocados com as minhas perguntas, o que eu acho uma coisa boa, acho que é meu dever. Então é assim. Mas isso é uma questão de história oral típica, onde o que eu falo e o que eu sinto, o que está no meu consciente pode ser completamente diferente. Eu estou contando a história para você, mas você tem todo direito na entrevista de dizer: é, eu não acredito.

Richard Gonçalves André: Na obra do senhor, há conceitos extremamente importantes: a questão da negociação da identidade, a identidade situacional. Então, de uma certa forma, a experiência familiar do senhor, provindo de uma família judaica em uma cidade de minoria judaica, também reflete essas construções teóricas?

Jeffrey Lesser: Com certeza! Porque para mim, uma das coisas que me interessa muito é como as pessoas acham que os meus trabalhos têm avanços teóricos porque eu não penso em teoria nunca. Acho que o meu trabalho é uma tentativa de entender as vidas das pessoas reais e explicar o que aquelas vidas dizem. A metodologia sempre começa com as vidas e, para mim, a teoria, às vezes, cria problemas porque você tem a teoria e vai aplicar à pessoa, mas eu não quero fazer, quero entender a pessoa. Mas isso é meu discurso, de novo, sobre isso. Mas não tenho dúvida de que o meu olhar é ba-



seado na minha vida como jovem, minha vida como brasilianista, ou seja, também estar no Brasil estudando é uma coisa curiosa, não é uma coisa que todo mundo está fazendo.

Claro, eu sou parte daquele grupo de brasilianistas nos Estados Unidos que passamos muito tempo no Brasil. Isso é uma divisão aqui entre os brasilianistas que estão no Brasil e gostam do país e os brasilianistas que estudam Brasil, mas acham um desafio não tão gostoso. Por exemplo, meus amigos do Brasil não têm nada a ver com a universidade, eu tenho amigos, amigos normais, mas eles sempre me perguntam: “O que o americano pensa? O que está acontecendo?”. Ou seja, chama atenção o fato de eu ser amigo deles há 30, 35 anos e ainda têm uma conversa comigo diferente do que a conversa com o outro, ou seja, chama a atenção de você estar um pouco fora, não 100% porque a conversa é em português. Mas isso com certeza tem uma influência.

Só que isso deve acontecer com todos nós, por exemplo, alguém que vá estudar a história da colônia nipo no Brasil precisa buscar os momentos de, como você falou do Ginzburg, estranhamento, mesmo se a pessoa é de ascendência japonesa, ou seja, a pessoa deve passar um tempo com okinawanos que acha o japonês no outro, ou deve, tem maneiras de se fazer isso, passar tempo com crianças ou velhos, etc. Eu acho que não é difícil de achar os momentos diferentes e, às vezes, desconfortáveis das nossas pesquisas, mas precisamos achar, não é natural. Isso é metodologia, uma decisão de cada um de nós de como queremos fazer a nossa pesquisa.

Richard Gonçalves André: O senhor propõe um conceito de identidade que não é uma identidade estática, meramente construída pelo Estado e jogada para as pessoas como uma imposição ideológica. O senhor mostra como essa identidade é negociada de diferentes formas, desde grupos mais flexíveis até grupos ultranacionalistas, ou seja, existe o papel das pessoas. Eu perguntaria se o senhor se aproxima de algum teórico ou de algum outro conceito para propor essa



forma de pensar ou se isso surgiu mesmo do fenômeno que o senhor está analisando.

Jeffrey Lesser: Em meu caso saiu do fenômeno, eu nunca li uma coisa assim quando comecei a desenvolver essas ideias. Posteriormente, esse é o problema de morar em um país sem cânone, eu fiz uma palestra sobre o Brasil e alguém levantou a mão e falou: “é tão interessante, sua pesquisa me lembra a pesquisa de professor X que estuda uma cidade na Índia”. “Ok, legal”. Eu não acho que sou tão especial, acho que estou observando um fenômeno e outras pessoas devem ter observado também o fenômeno. Nesse sentido, eu não sou parte da história nacionalista brasileira, que pensa o Brasil tão especial, tão único, que não pode ser comparado.

Acho que todos podemos ser comparados, às vezes. Mas essa negociação, tudo isso, eu não cheguei lá buscando isso. Fiquei tão chocado quanto como você quando aquele livro saiu e o resultado foi isso. Essa não foi a ideia. A pesquisa saiu de uma forma... aquela negociação saiu de uma forma não muito intelectual. Mais ou menos, quando eu estava saindo do Brasil e da questão judaica, recebi um convite para participar de um projeto sobre a diáspora libanesa. Falei com o professor naquela época: “puxa! Eu estudo judeus, não estudo árabes, não posso e são coisas diferentes”. E ele insistiu.

Eu voltei à minha documentação e comecei a perceber que muitos documentos sobre judeus, na verdade, foram sobre judeus, japoneses e árabes, não que eu sentei lá e houve uma ideia teórica, nada. “Puxa, que estranho! Quem imaginaria judeus, japoneses e árabes em uma mesma categoria, o que quer dizer isso?”. E de lá você começa a estudar. De repente saem movimentos ultranacionalistas, que agora eu entendo como uma coisa bem brasileira porque parte dessa cultura brasileira de odiar o Brasil, é amar países imaginários.

Então, por exemplo, não é surpresa para mim que a Shindô



Renmei não aconteceu nos Estados Unidos, porque não está 100% ligada com os imigrantes japoneses. O que acontece quando os imigrantes japoneses chegam num país como o Brasil e onde todo mundo está falando mal do Brasil? Então, como se pode ser nacionalista brasileiro e falar mal do país ao mesmo tempo? Você cria uma ideia de que o melhor brasileiro é o estrangeiro. Perfeito, tem uma lógica, não? Mas você não achará essa lógica nos Estados Unidos da mesma forma, ou no Canadá ou na Argentina. Então, eu cheguei dessa forma, não apareceu aqui primeiro, apareceu nas vidas das pessoas.

Richard Gonçalves André: Com base nos fenômenos analisados.

Jeffrey Lesser: Com base nos fenômenos. Isso também é da minha preferência, eu tenho muita dificuldade em entender obras acadêmicas extremamente teóricas. Isso não é a minha área de interesse, não estou contra, como eu falei, acho que todo departamento de história precisa ter todos os tipos. Mas para mim, pessoalmente, muitas vezes as pesquisas onde não há pessoas ficam difíceis de entender porque penso, em parte, isso é uma posição política. Eu acho que, para mim, é importante tentar usar uma linguagem, em minhas pesquisas, que as pessoas que estou estudando vão entender. Aconteceu uma coisa muito curiosa, Richard, mais ou menos um ano atrás: nosso reitor aqui na Emory decidiu fazer uma série de palestras sobre ideias grandes e para cada evento convidou três pessoas para falar.

Então o evento inaugural foi sobre sul global, Global South, que é uma ideia teórica muito importante nos Estado Unidos. A ideia é que, de certa forma, a África do Sul e o Brasil são parte desse sul global. Houve três pessoas: um que estuda o sul global e jurídica; outra pessoa, o sul global e literatura. Eu nunca usei essa palavra sul global na minha vida, aí eu penso: “tudo bem, talvez eu esteja



errado”. E mandei whatsapps para pessoas em Bom Retiro, em São Paulo, onde estou fazendo a pesquisa, isto é, profissionais de saúde, imigrantes que trabalham em office nesta conjuntura, todas essas pessoas, e falei: “o que quer dizer sul global para vocês?”. 90% responderam: “nada, eu nunca ouvi. O que quer dizer isso?”. Alguns brasileiros divertidíssimos disseram: “sul global deve dizer que o Brasil é o melhor do mundo”. Então, fui para à palestra e falei: “Olha, eu não estou contra os colegas que estão explicando para você a teoria de sul global, mas quero dizer uma coisa para você, eu estudo nesse lugar que eles chamam de sul global, chama Brasil, eu perguntei para muitas pessoas e ninguém usa essa linguagem. Eles não acham que são semelhantes à África do Sul, eles não acham que Bom Retiro é Soweto, isso é completamente fora.

Tudo bem, podemos comparar, é importante comparar, pensar desse jeito, mas também precisamos reconhecer que as pessoas, talvez, não estejam fazendo isso”. Estão fazendo uma coisa acadêmica que fica muito desligada das pessoas que estamos estudando. Então, para mim, estou do lado das pessoas estudadas, não estou preocupado com os colegas, nesse sentido. Eu tento achar alunos desse tipo, se alguém vai tentar entrar no doutorado da Emory com um propósito completamente teórico, não vai estudar comigo. Estou mais interessado em alguém que vai dizer: “eu vou estudar uma pessoa, vou estudar muito bem. Tenho perguntas, tenho uma metodologia para trabalhar entre o que a pessoa fala e o que a pessoa está dizendo”, o que não é exatamente igual, mas é assim. Eu sei que isso também é uma briga acadêmica tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a questão de teoria.

Voltando a essa coisa do estrangeiro, uma das grandes vantagens de ser um estrangeiro estudando uma história nacional, em geral, é que você não tem as brigas que existem dentro do seu próprio país. Então, uma das coisas que eu gosto no Brasil é, fora uns poucos, 5 ou 6 pessoas, eu me acho amigo de todo mundo, mesmo



se eles não concordarem comigo, podemos ter um debate legal, podemos não concordar e tomar cerveja depois, numa boa. Isso é o privilégio de ser um estrangeiro, em meu caso o Brasil e, em seu caso, se você vem para os Estados Unidos ou o Japão. Então, a pessoa de fora tem vantagens e eu imagino que no seu departamento há brigas entre os professores, mas quando o convidado chega todo mundo está numa boa, é legal.

Richard Gonçalves André: O senhor citou que as pessoas são importantes em sua pesquisa. Lembro de figuras como Shizuo Ozawa, o Mário Japa. É nesse sentido?

Jeffrey Lesser: É nesse sentido. Primeiro eu gosto de pessoas. Há um certo número de historiadores que não gostam de pessoas. O que é atrativo sobre História é exatamente o fato de poder usar livros, documentos, ficar solitário, etc. Com certeza eu não sou desse tipo de pessoas. Eu consigo estar com pessoas vivas e criar um ambiente onde elas gostam de contar as suas histórias. Não só no caso do Mário, mas, por exemplo, as pessoas vão para o bar e conversam, batem papo. Por algum motivo ou outro eu tenho essa tecnologia. O caso do Mário Japa, para chegar nele não foi fácil, mas quando eu cheguei nele foi muito fácil e até hoje, é incrível, quando eu estou no Rio dando uma palestra, não tem nada a ver com ele, ele aparece, vem para dar um abraço, para contar e para tomar uma cerveja comigo depois da palestra. O próprio Mário é um intelectual, jornalista, ele pensa sobre o meu ambiente, gosta também de bater um papo. Chegar nele foi um pouquinho complicado.

Minha sogra chegou ao Brasil como refugiada da Itália, em 1938, quando criança. Meus dois sogros são refugiados no Brasil, refugiados do nazismo da Segunda Guerra. E ela chegou no barco com um grupo de judeus italianos do partido fascista, em São Paulo. Eles se chamaram a “Colônia Mussolini”, judeus. Uma dessas pessoas no



barco com ela era professor na UNESP, ele sempre foi muito legal comigo e sempre encontrei ele na ANPUH, ANPOCS, etc. Uma vez eu estava em um certo congresso e ele me perguntou: “Jeff, o que está pesquisado agora?”. Comecei a contar essa história da luta armada e do Mário, então ele falou: “Ah, com certeza a sua sogra nunca contou isso para você porque eu fui uma vergonha para a colônia. Fui parte da guerrilha com o Mário. Ele é muito meu amigo, eu ligo para ele agora. Falou que era tipo tio meu, que eu não era jornalista, mas um menino pesquisador sério”.

Então, mesmo aquela relação foi criada de um jeito extremamente brasileiro: alguém que usa a linguagem de parente que não é parente. É impressionante como funcionou. O Mário é o exemplo extremo de estudar uma pessoa, em parte, porque estava num momento na vida em que queria falar. Quando perguntei sobre o nome, ele falou: “eu estou esperando minha vida inteira por alguém que perguntasse sobre esse nome, Mário Japa”. Porque ele foi uma espécie de pai, tem a idade da minha sogra, então isso com certeza ajudou nesse passo dado pelo tio. Este me falou que, quando me apresentou ao Mário Japa, ele foi à livraria, comprou meus livros e leu para ver se eu era um pesquisador interessante.

Não lembro exatamente se contei no livro ou não, mas em vários momentos ele usou a linguagem “somos iguais: japoneses, judeus. Nós somos parte desses grupos minoritários aqui no Brasil, bem vistos e oprimidos ao mesmo tempo”. Eu acho que ele esqueceu muito rápido que sou dos Estado Unidos, ficou muito focado na questão judaica, que nesse caso ajudou. Parecia estranho, mas ajudou. Então foi assim, não quero aceitar todo o crédito, não é simplesmente porque sou uma pessoa legal. Há coisas estruturais que ajudam nessas pesquisas. E no caso dele, como historiador tradicional, houve muito papel sobre o Mário, achei as pastas do DEOPS, revistas e notícias mundiais.

Quando ele foi trocado pelo cônsul japonês, foi notícia interna-



cional, uma história completamente louca. O Mário me apresentou ao líder do grupo que sequestrou o cônsul, Ladislau Dowbor, e foi exatamente o contrário. Ele me apresentou, Dowbor me convidou para almoçar na casa dele. Naquela época, ele era diretor de relações de empresas multinacionais do PT nacional. Cada palavra que saiu da boca dele foi completamente controlada, completamente ligada com questões como ter relações melhores com a Coca-Cola ou com a Boeing. Então, passei horas com ele e, mais ou menos, recusou-se a falar sobre os assuntos que eu queria discutir, ou seja, ele foi brasileiro no sentido de que, quando o Mário me apresentou, o Dowbor aceitou, levou para casa e deu almoço, bem brasileiro. Eu fui igualmente charmoso, mas não deu resultado. Acontece, não é?

Richard Gonçalves André: Ele foi bastante discreto, então, a respeito dessa história conflituosa?

Jeffrey Lesser: Exatamente. Tudo bem, ele tem esse direito, não é justo eu ficar bravo, cada um de nós tem o direito de discutir ou não qualquer assunto. Acho que ninguém tem o dever de falar comigo.

Richard Gonçalves André: Em minha experiência, noto que existe uma característica entre nikkeis. Fiz entrevistas com pessoas que passaram por conflitos na primeira metade do século XX, sofrendo discursos racialistas e práticas antinipônicas. As pessoas falavam bastante nas entrevistas, mas quando eu perguntava sobre conflitos, os entrevistados sempre falavam “tudo sempre foi ótimo por aqui”. E a conversa parava por aí.

Jeffrey Lesser: Olha, parte disso é brasileiro. Nós percebemos isso nos Estados Unidos, onde discutimos racismos todo dia, isso é parte de nosso discurso oficial. É curioso, pois amamos os Estados Unidos e falamos como os Estados Unidos é um país racista, sexista, homo-



fóbico, etc. No Brasil, ninguém gosta do país, mas recusa-se a falar sobre homofobia, sexismo, racismo, etc. Mas eu estou falando da cultura popular, isso é uma coisa. Acho que, se você for fazer uma pesquisa semelhante com outros grupos, também teria problema com a questão de racismo.

Richard Gonçalves André: Então não é uma característica de nikkeis?

Jeffrey Lesser: Eu não acho. Penso que pessoas minoritárias, em geral, no Brasil, tomam cuidado ao discutir assuntos difíceis porque têm às vezes medo. O medo não é consciente, é possível pesquisar isso. É muito raro na esfera pública até hoje ouvir um nikkei dizer para um não-nikkei: “não me chame de japonês, não use palavras japonesas comigo, se você chama aquelas coisas de palito não deve trocar para hashi por causa da minha cara”. É muito raro ouvir uma crítica pública sobre esse assunto, até mesmo se a pessoa não-nikkei pergunta: “incomoda-se eu te chamar de japonês?”. Em geral, as pessoas vão dizer que não.

Mas, se você seguir as mesmas pessoas em uma esfera mais privada, por exemplo, antigamente grupos fechados de Orkut, hoje grupos fechados no Facebook, nessa esfera estão falando exatamente o contrário: “estou ficando louca, todo dia vou para o banco e o cara me chama de uma ‘linda japonesinha’, eu sou vítima de sexismo e racismo”. Como pesquisador, passei muito tempo trabalhando com líderes de grupos fechados no Facebook, usando muitos contatos para me deixarem entrar, porque, em geral, não são grupos abertos, sendo voltados para nikkeis, para mulheres nikkeis, etc. Lá, é possível ver outra coisa, ou seja, como a esfera pública e a esfera privada são diferentes. Sempre preciso lembrar disso porque preciso criar metodologias.

Talvez o fato da pessoa dizer “aqui no Brasil está ótimo” signifi-



que que não confie em mim. Essa é outra vantagem de ser gringo, pois, com membros de grupos minoritários no Brasil, o fato de não ser brasileiro deixa, às vezes, a pessoa mais confortável. Não acho que seja impossível [entrevistar essas pessoas], só precisamos criar metodologias. Eu sou membro do comitê de uma pessoa que faz doutorado em Antropologia na Universidade de São Paulo. Discutimos isso, ela é de ascendência okinawana e está criando maneiras estar dentro e fora ao mesmo tempo. É complicado, mas isso é pesquisa. Aconteceu comigo também. No começo, por exemplo, comecei a perceber se faria história oral no kenjinkai ou no bukkjó. A discussão foi muito diferente do que não fazer em uma história oral. Simplesmente fui convidado em um churrasco da pessoa com sua família onde não perguntei nada. Só fique prestando atenção e lá começaram a sair outras coisas.

Richard Gonçalves André: Isso é mais uma dimensão da identidade situacional, como a pessoa se comporta na esfera pública e na esfera privada?

Jeffrey Lesser: Exatamente! Quando comecei a ouvir esses duplos discursos, ou triplos, pensei: “por que a pessoa mentiu para mim?”. Ouvi uma resposta extremamente negativa, mas depois pensei: quem diz que uma pessoa precisa seguir uma linha consistente? Então comecei a pensar sobre mim, pois sou uma pessoa completamente não consistente. Não acho ruim, falo com meus filhos de uma forma diferente do que eu falo com a minha esposa. Ninguém diria que é loucura, que a pessoa está mentindo. Então, comecei a pensar dessa forma: o que acontece se eu parar de pensar sobre esses discursos usando categorias como verdade, falso, honesto e desonesto? E assim começou essa ideia de identidade situacional, onde comecei a pensar que as pessoas são complexas.

Nós sabemos disso, somos complexos em termos biológicos, em



termos culturais, em termos mentais, então vamos respeitar isso. Em vez de dizer “a pessoa é x”, o que acontece se trocarmos essa pergunta por “como essa pessoa responde na situação x? Como é diferente a mesma pessoa na situação y?”. Eu não li nada sobre isso antes, não cheguei com uma teoria de identidades situacionais. Quando comecei a perceber uma coisa e não gostei da minha reação, quando achei minha reação completamente inapropriada. Como vamos resolver? Metodologia! Brilhante: perguntas, brilhante; categorias, brilhante. Assim funciona.

Richard Gonçalves André: Há pouco tempo, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, irritado com a pergunta de uma jornalista nipo-brasileira, disse que ela deveria voltar ao Japão. O que o senhor pensa sobre isso?

Jeffrey Lesser: Isso é racismo! Escrevi uma opinião para a Folha, mas não foi publicada. Eu falei: “essa pergunta é racista”. Estou aberto à ideia de que falamos, incluindo eu, coisas racistas sem entender o racismo. Porém, quando alguém te explica que a coisa é racista e a sua resposta é “tudo bem, não me importa”, a pessoa é racista também. Às vezes acontece com os meus alunos. Eu digo alguma coisa e o aluno fala: “Jeff, você nunca pensou o que está por trás dessa formulação? Pensa assim, Jeff”. Então respondo: “Eu nunca vou usar de novo e pedirei desculpas para todo mundo e agora entendo, vamos para frente”. Então, não tenho dúvida de que o presidente do Brasil, como o presidente dos Estados Unidos, é um racista. Simplesmente não tenho dúvida, há provas demais no sentido acadêmico. Não tenho dúvida de que, além de ser racista, mobiliza o racismo como força política. Ele faz isso todos os dias. O que é interessante para mim é que, há 20 anos, a discussão entre a jornalista e o presidente nem seria comentada, agora é comentada. Uma porcentagem de brasileiros chama isso de racismo, acredita que isso é racismo e fala sobre isso publicamente. Não estou dizendo uma por-



centagem enorme, mas muito maior que aquela de 20 anos atrás, ou seja, o Brasil, nesse sentido em termos culturais, está mais aberto na esfera pública para falar sobre racismo, especialmente, pessoas mais jovens. Se você fosse para o clube nipo de Londrina ou Marília e falasse com jovens, tipo seus alunos, eles falaria sobre racismo e sexismo de forma completamente diferente daquela geração de pessoas com 70 e 80 anos. Isso é uma ideia, eu nunca provei, precisa ser testado.

Publiquei na Folha uma vez um comentário sobre o japonês da federal. Foi durante o carnaval, porque em São Paulo houve um samba do japonês no carnaval. Escrevi sobre isso, não queria dizer quequem cantou esse samba é racista, como pessoa, mas chamar um brasileiro de japonês é parte de uma história de linguagem racista no Brasil e as respostas foram interessantes. Metade dos comentários no Folha Online foi muito importante. Alguém disse isso: “eu fico ofendido cada vez que ele é chamado de japonês da federal, ele não é o japonês da federal, é o brasileiro da federal”. Os jovens nikkeis, muitas vezes, falavam: “além de não gostar dele ser chamado de japonês da federal, deu a impressão que o japonês é fascista igual àquele policial”, ou seja, não é coisa simples. Mas outra metade dos comentários diziam: “esse gringo, Lesser, mais uma vez está no Brasil, achando problemas que não existem. Ele é o racista, ele é o imperialista. Não devem deixá-lo voltar ao Brasil porque vem para cá e descobre problemas não existem”. Em cada palestra que faço, mesmo nas universidades, sempre há pessoas que falam, de uma forma ou de outra, esse comentário. Normalmente, na universidade aparece de uma forma mais educada. Não falam “volte para o seu país” ou uma coisa assim. Mas às vezes são os próprios brasileiros de ascendência minoritária que falam: “você está falando de uma situação que eu não reconheço”.

Richard Gonçalves André: Com essa questão do corona vírus e da



pandemia parece que emergiram uma série de discursos sinofóbicos e racistas. Como pensar a questão?

Jeffrey Lesser: Não são discursos novos, são discursos históricos que se encontram em certos momentos políticos mais ou menos expostos e que estão acontecendo por aqui também. Por exemplo, nós, como professores, e nossos reitores, estamos passando muito tempo lembrando a nossos alunos e colegas para não usar linguagem sinofóbica por engano, chamando o corona vírus de vírus chinês, o vírus da China e essas coisas.

Houve uma revista brasileira no século XIX cheia de charges racistas sobre chineses e toda a linguagem sinofóbica de hoje. É possível ver lá: chinês como sujo, chinês como doente, chinês como invasor do nosso país, chinês que, ao mesmo tempo, é todo drogado, não faz nada e também trabalha 24 horas por dia, o chinês predador sexual, ou seja, 2020 e 1880 utilizando a mesma linguagem. A linguagem de vírus, de infecção, etc. Essa linguagem foi aplicada em vários momentos aos judeus, japoneses, árabes, italianos, portugueses e negros no Brasil, ou seja, a sinofobia tem aspectos que estão ligados com o racismo contra pessoas asiáticas. Hoje em dia há muitos brasileiros de ascendência chinesa, não é que todo chinês é chinês. Minha impressão é, por exemplo, que hoje em dia a maioria dos chineses, no Brasil, não falam chinês e nunca foram para a China. E claro, esse racismo tem uma relação com políticas internacionais, ou seja, políticos brasileiros falam isso, em parte, porque estão usando linguagem racista, mas, em parte, porque estão vendo o presidente dos Estados Unidos falar isso e pensam: “isso é aceitável, é uma linguagem normal e que vamos usar”. É terrível! No Brasil é complicado porque chamar a atenção para o racismo não é fácil. Na esfera pública, não é fácil para um aluno dizer para o outro na sala de aula: “para de chamar o COVID de vírus chinês”. É muito difícil. Nos Estados Unidos não é difícil, você ouvirá isso sempre entre alunos, entre aluno e professor, entre professor e aluno: “nessa sala de



aula não se pode usar essa linguagem, não está permitido”.

Isso gera ressentimentos, claro. Mas nos Estados Unidos estamos mais ligados ao sentimento do agredido do que do agressor e eu sou desse tipo. Quando uma pessoa fala alguma coisa racista, ou sexista, ou alguma coisa assim, mesmo sem intenção, eu posso explicar o porquê é racista e, com sorte, não haverá mais problema. Mas a pessoa que foi agredida, não importa que se o outro falou “eu não queria dizer isso, não foi intencional”. Estão agredidos mesmo e, provavelmente, estão agredidos porque não foi a primeira vez na vida deles que ouviram essa coisa. Eu entendo isso, há coisas que as pessoas falam comigo no Brasil e fico de saco cheio. Não importa se é meu amigo ou não é, queria dizer uma coisa ou não queria dizer, você fica exausto com essas coisas. Eu imagino mulheres e pessoas trans que estão ouvindo essas coisas todos os dias. É exaustivo.

